

CONEXÕES TEÓRICAS ENTRE A VISÃO PERFORMATIVA DA LINGUAGEM E AS IDENTIDADES SOCIAIS

THEORETICAL CONNECTIONS BETWEEN PERFORMATIVE VIEW LANGUAGE AND SOCIAL IDENTITIES

Eliana Sambo Machado
Mestre em Letras
Universidade Federal de Ouro Preto
(elianaufop@gmail.com)

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar discussões que visem relacionar linguagem e identidades, mais detidamente, pensando na conexão que se estabelece entre a linguagem e as identidades sociais como, por exemplo, as identidades de gênero. Para tal, o referencial teórico utilizado, se baseia nas discussões sobre a visão performativa da linguagem, noção presente em Austin (1990). Nesse contexto, a presente pesquisa compreende tanto a linguagem como as identidades enquanto performativas, à medida que nossas identidades são construídas na e pela linguagem (RAJAGOPALAN, 2006) pensada como uso e como interação social que se dá por meio de práticas sociais que compõem o mundo moderno. Algumas considerações finais obtidas a partir das discussões teóricas que este trabalho empreende mostram que a visão performativa da linguagem está conectada às identidades que são operadas pela e na linguagem enquanto performativa, ou seja, as identidades sejam elas de gênero ou outras, se organizam em torno dos atos de fala ou das representações linguísticas que agem sobre as identidades tornando os sujeitos “mulher”, “homem”, “jovem”, “adulto” e etc (PINTO, 2007).

Palavras-chave: Performatividade. Linguagem. Identidades.

ABSTRACT: This paper is aimed at presenting discussions that relate language with identities, more specifically, addressing the connection established between language and social identities. An example is the gender identities. The theoretical framework used is based upon discussions on a performative view of language, as mentioned in Austin (1990). Within this context, this research comprises both language and identities as performative, as long as our identities are built in and by language (Rajagopalan, 2006) which in turn is thought as a means of usage and social interaction through social practices that integrate the modern world. Some final considerations obtained from the theoretical discussions performed within this work show that the performative view of language is connected to the identities operated in and by language as performative, that is, the identities, either of gender or others, are organized around the speech acts or the linguistic representations which act upon these identities turning the subjects into “woman”, “man”, “young”, “adult”, and so on (Pinto, 2007).

Keywords: Performativity. Language. Identities.

Introdução

Este trabalho pretende refletir sobre a visão performativa da linguagem pensando na conexão que se estabelece entre a linguagem e as identidades sociais, com base em algumas rediscussões da Teoria dos Atos de Fala, do filósofo Austin (1990), empreendidas por Ottoni (2002), Rajagopalan (2003, 2006, 2010), Pinto (2007), Butler (1997, 2003), entre outros/as autores/as interessados/as nos estudos que se esforçam em pensar os sujeitos e a maneira como são nomeados e significados no mundo. Para tal, o texto que se segue está estruturado de modo a percorrer, inicialmente, as discussões sobre o conceito de performatividade presente na obra “Quando o dizer é fazer: palavras e ação”, do filósofo J.L.Austin (1990). Em seguida, o trabalho aborda discussões complexas sobre o conceito de identidade, desde a visão do sujeito Iluminista presente no século XIII, chegando ao sujeito descentrado da pós-modernidade (HALL, 2014). Na sequência, são trazidas algumas reflexões que se pautam nas questões de gênero e na problemática definição dos sujeitos a partir do sexo pensado como correlato da divisão binária entre masculino e feminino. Para tal, essa parte do artigo se apoia nas reflexões de autoras feministas como Butler (1997, 2003), Salih (2013) e Pinto (2007 que pensam sobre essa categoria compreendendo-a como performativa.

Para fechar este trabalho, algumas considerações finais a respeito das discussões teóricas que este artigo busca apresentar são retomadas a fim de lançar ao olhar dos/as leitores/as deste trabalho, reflexões que dêem conta da complexa relação que se estabelece entre a linguagem e as identidades sociais.

A visão performativa da linguagem

Este artigo pensa a produção do conhecimento partindo do senso comum, da linguagem ordinária, cotidiana ou em uso; caminho aberto e fortalecido pelo filósofo Austin (1990) expoente da perspectiva da filosofia da linguagem ordinária (FLO). Para se apoiar em tal autor, este trabalho toma como base as rediscussões de alguns/as pesquisadores/as como, por exemplo, Ottoni (2002) cujo autor destaca o filósofo britânico como “revolucionário” ao se referir à sua empreitada em “questionar a fronteira entre a filosofia e a linguística nas suas reflexões sobre a

linguagem ordinária” (OTTONI, 2002, p. 122). Tal fronteira é rompida pelo filósofo ao conceber, de modo geral, a linguagem como performativa, deslocando os limites dicotômicos de pares como, por exemplo, sujeito e objeto, já que a preocupação maior está em estudar o sujeito e o uso que ele faz de seu objeto, a saber, a fala.

Diante disso, há outro deslocamento realizado pelo filósofo britânico relacionado às definições estanques baseadas em verdades e falsidades (OTTONI, 2002, 127) que buscam uma linguagem formal e ideal, bem como falantes ideais para explicar o fenômeno da linguagem como previa, por exemplo, os estudos gerativistas, do americano Noam Chomsky. Desse último autor provém a ideia de que a linguagem é concebida como “faculdade mental inata” e “instalada no ‘equipamento biológico’” dos seres humanos, isto é, na mente/cérebro dos falantes (MARCUSCHI, 2008). Nesse contexto, a língua é um sistema de regras e princípios organizacionais internalizados, constituídos de princípios universais e parâmetros específicos, estes resultantes da vivência numa dada comunidade de fala. Portanto, está implícito na teoria chomskyana que a língua é social. Entretanto, tal perspectiva epistemológica não interessa a este artigo justamente por deixar de lado problematizações da linguagem concreta, em detrimento de uma concepção virtual e abstrata da linguagem como expressão do pensamento, como se uma frase ou uma palavra expressassem um sentido único e fixo ou como se a linguagem estivesse livre “de nuances heterogêneas das situações, nas quais são usadas” (HANKS, 2008, p. 146).

A linguagem (incluindo o discurso) é postulada neste artigo, como prática social, compreendendo tal fenômeno como modo de ação historicamente situada e articulada em diferentes interações e possibilidades de agência da vida social. Cabe ressaltar que a vida social é regulada por momentos de tensão em que prevalecem relações discursivas e não discursivas sustentadas por conexões ideológicas e de poder (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 37). Segundo esses dois últimos autores, “por práticas sociais, compreendemos como maneiras habituais vinculadas a determinadas épocas e lugares, nos quais as pessoas aplicam recursos (materiais e simbólicos) para agirem juntas no mundo” (*Ibidem*, 1999, p. 21, tradução nossa).

Ao abordar o conceito de performatividade, noção central para os estudos da filosofia da linguagem ordinária, este artigo compreende a linguagem como

“forma de ação”, no sentido proposto pela Teoria dos Atos de Fala, quando o dizer é fazer. Antes de explanar as ideias contidas na teoria em questão, cabe explicar o que esta pesquisa entende por linguagem ordinária, noção que se faz fundamental para compreendermos de forma aprofundada o que Austin (1990) nos quis transmitir com a visão performativa da linguagem.

Ao contrário do que os filósofos tradicionais da filosofia analítica compreendiam por linguagem, Austin é apresentado como um revolucionário no campo da filosofia analítica, por romper com o pensamento tradicional de tal filosofia que compreende a linguagem como matemática e logicista negando que o fenômeno da linguagem faz parte do cotidiano e, portanto, do mundo real. A preocupação com a linguagem ordinária ou do dia-a-dia esteve presente nas reflexões não apenas de Austin, mas também de filósofos como Wittgenstein que julgavam que a linguagem ordinária possibilitava um novo modo de fazer filosofia que não se limitava à linguagem formal como a de dicionários, como se fosse possível concebermos uma linguagem modelo, livre das interações presentes no mundo. Para esclarecer melhor essas afirmações, eis o que Rajagopalan (2003) nos diz, ao citar Austin cujo filósofo

dizia que as nossas línguas, talhadas no uso continuado por gerações e gerações de usuários, contêm dicas preciosas sobre muitas coisas e que são, em muitos casos, preferíveis às engenhosas distinções inventadas pelo filósofo solitário em seu delírio (RAJAGOPALAN, 2003, p. 12).

A última imagem do “filósofo solitário em seu delírio” revela a crítica ao modelo do pensador representado na famosa escultura do francês Auguste Rodin, “O Pensador”, que traduz a excessiva preocupação da filosofia tradicional com a linguagem entendida apenas do ponto de vista lógico.

Dito isso, a visão performativa da linguagem pode ser compreendida como sendo o proferimento performativo ou a “expressão linguística que não consiste, ou não consiste apenas, em dizer algo, mas em fazer algo, não sendo um relato, verdadeiro ou falso, sobre alguma coisa” (AUSTIN, 1990, p. 38). Diante dessa perspectiva epistemológica, quando enunciamos estamos praticando uma ação e não apenas relatando algo sobre o mundo, portanto, o sucesso ou fracasso do ato proferido só pode ser analisado na sua realização, ou seja, vai depender das

circunstâncias do Ato de Fala produzido (OTTONI, 2002, p. 128). Tais circunstâncias do ato de fala, “incluindo outras ações, sempre têm que ser apropriadas” (AUSTIN, 1990, p. 27).

Para esclarecer melhor o pensamento acima, Austin (1990) trás o exemplo presente na obra “Quando o dizer é fazer: palavras e ação”, de uma pessoa qualquer que se aproxima de um navio nas docas de um estaleiro e, ao aproximar-se o navio, quebra “a garrafa presa à proa” do estaleiro proclamando: “Batizo este navio com o nome de ‘Senhor Stalin’”. A dificuldade, segundo o filósofo, está no fato da pessoa escolhida não ser apropriada para batizar, o que caracteriza esse acontecimento como uma “brincadeira” ou como alguém que “fingiu” ter batizado o navio, não sendo de fato um ato de batismo. Nesse caso, trata-se de um ato “nulo” ou “sem efeito” (AUSTIN, 1990, p.37), por não ter sido a pessoa adequada e indicada para realizar tal ato.

Os atos performativos podem ser analisados, portanto, em termos de felicidade ou infelicidade, jamais em termos de verdade ou falsidade, ou seja, quando o ato realizado não atinge as condições de felicidade específicas do performativo, o ato é caracterizado como infeliz. A infelicidade pode acontecer como no caso do batismo acima exposto ou, por exemplo, quando eu digo “eu prometo” sem ter a intenção de fazer uma promessa, ou ainda, quando eu digo que aposto sem ter a intenção de apostar.

Austin introduz o conceito de performatividade como pronunciamentos diferentes daqueles que constatarem algo sobre o mundo, como quando alguém pronuncia, por exemplo, “o céu é azul”. Tal elocução pode ser analisada em seu valor de verdade ou de falsidade; o mesmo não acontece com elocuições do tipo “É um menino!”, porque não se trata de descrever o gênero da pessoa, mas nomeá-la agindo sobre tal pessoa e impondo-lhe determinada identidade e comportamento culturalmente associado ao nome “menino” e disponível no mundo.

Austin (1990) em sua obra original *How to do things with words* publicada em 1976, composta por doze conferências proferidas na Universidade de Harvard, USA, traduzidas na obra que este artigo se apoia, “Quando o dizer é fazer: palavras e ação”, apresenta os performativos do caso explícito e implícito que podem ser entendidos como proferimentos que realizam de fato uma ação. Trata-se de atos do

tipo: “casar, apostar, fazer um legado, batizar, etc” (AUSTIN, 1990, p.30). Por exemplo, “se profiro as palavras ‘Eu aposto’... não afirmo que profiro as palavras ‘eu aposto’, ou qualquer outra, e sim realizo o ato de apostar” (*Ibidem*, p. 63). Para que tais atos se realizem com êxito as ações que eles determinam, é necessário, portanto, que além das palavras adequadas para tais ações, o modo ou a situação e a pessoa que pronuncia o ato sejam adequadas, do contrário, o ato proferido será “malogrado” ou “infeliz” (*Ibidem*, p. 31), como o exemplo dado acima do batizado no estaleiro.

Segundo Ottoni (2002), o que está em jogo na Teoria dos Atos de Fala é a concepção da referência que difere do modo como essa noção é tratada na filosofia tradicional, em que a referência estabelece uma “relação biunívoca entre linguagem e mundo” (*Ibidem*, p. 128). Diferente dessa última noção,

Posso dizer “eu prometo”... e produzir, consciente ou inconsciente, por exemplo, uma ameaça; ou seja, não há mais lugar para fazer uma distinção entre sentido e significado das palavras quando se trata da performatividade (OTTONI, 2002, p. 128).

A noção de referência, no modo como ela é deslocada por Austin (1990), faz parte de um contrato (*uptake*) que garante que o objetivo do interlocutor, no ato proferido, seja assegurado entre seus interlocutores, de modo que a sua intenção (ato ilocucionário) será realizada apenas na situação do ato de fala, isto é, no momento da interação que é a própria noção de *uptake*. De modo geral, essa última ideia permitiu descentrar a visão de sujeito “no sentido transcendental do termo”, como argumenta Ottoni (2002), pois o conceito em questão identifica o sujeito através da ação, no ato de fala realizado que é a própria performatividade e não em sua estabilidade. No limite, o que as teóricas feministas que se apoiam na ideia de performatividade defendem, é que o sujeito não existe fora da linguagem, porque a linguagem e o discurso é que “fazem” a identidade da pessoa ao defini-la como “homem” ou “mulher” (SALIH, 2013, p.91).

Outra questão que está relacionada à noção de *uptake*, é a contextualização da situação total do ato de fala que não é possível ser totalmente delimitada. As literaturas recentes trazidas para este artigo rediscutem a Teoria do Ato de Fala de Austin, problematizando a noção de performatividade e sua estreita relação com o

sujeito que ao dizer determinado proferimento, realiza uma ação que não é totalmente garantida por ele como se fosse um sujeito autônomo que fala. Butler (1997), em sua obra *Excitable Speech: A Politics of the Performative*, influenciada pelo pensamento austiniano e derridiano, argumenta dizendo que o ato de fala excede o sujeito no momento da ação do seu pronunciamento, porque a linguagem está sob o efeito de discursos históricos que já foram proferidos em outros contextos e que ao serem proferidos novamente, são reatualizados permitindo também a atualização do sujeito ou do corpo que fala (PINTO, 2007). Trata-se da **iterabilidade** termo problematizado por Derrida e reapropriado pelas autoras Butler (1997) e Pinto (2007).

A **iterabilidade**, segundo Butler (1997) evidencia a impossibilidade de delimitação da situação total do ato de fala (*total speech situation*), porque pode ser entendida como noção própria da estrutura do rito que aciona a possibilidade do ato de ser repetido na ausência de seu referente e também na ausência de seu significado ou intenção determinada. Em outras palavras, a fórmula do ato de fala depende da **iterabilidade** e, portanto, da possibilidade “da história repetida de sua fórmula” (*Ibidem*, p. 125). Trata-se de um efeito histórico da *iterabilidade* que possibilita a ausência da presença “da fala, da intenção, da consciência, do sentido, da verdade etc” (*Ibidem*). Nesse ponto, a situação total do ato de fala não requer delimitação, organização e consciência do sujeito, já que o ato de fala é entendido como um rito e, desse modo, é “planejado e regulado” por regras acordadas entre os falantes, num “contrato social” (*Ibidem*); é um acontecimento não delimitado no tempo e no espaço, “na medida em que sua força é iterável, e sua repetição instaura sempre uma diferença” (*Ibidem*), ou seja, vai além do momento de sua enunciação

A noção performativa da linguagem contribui para estabelecer as conexões pretendidas neste artigo a partir do conceito das identidades como as de gênero que serão aprofundados mais à frente. Para adiantar, tal conexão se estabelece, porque pensar as identidades significa entendê-las como o desejo que os sujeitos têm em “tornar-se” “homem” ou “mulher” e, portanto, não se trata de fazer constatações dessas identidades, mas sim ir além dos fatos (características físicas, psicológicas, culturais e sociais dos sujeitos) que encerram seus corpos em identidades fixas, compreendendo como tais identidades se posicionam no mundo. Interessa, portanto,

o desejo que se realiza no processo daquilo que pretendemos ser no mundo, ou seja, a própria performatividade, pois nossas identidades não são pré-existentes as nossas ações realizadas na/pela linguagem e, portanto, não são passíveis de serem julgadas como constativas¹, isto é, como verdadeiras ou falsas.

Austin (1990), mais à frente em sua obra, abandona a distinção performativo-constativo, afirmando que o enunciado constativo ou “as declarações estão sujeitas a todo tipo de infelicidade a que também estão os performativos” (*Ibidem*, p. 113). O exemplo trazido pelo filósofo para explicar tal afirmação é a declaração “o gato está sobre o tapete” que equivale ao sentido em que “prometo estar lá”. O primeiro proferimento implica “em que eu creio que o gato esteja sobre o tapete”; o que é paralelo ao segundo proferimento que implica que “tenho a intenção de estar lá e que acredito que serei capaz de estar lá” (AUSTIN, 1990, p.113). Com essa quebra na distinção do par em questão, o filósofo oferece uma crítica à visão monológica de linguagem como designação defendida pela análise clássica formalista da Filosofia Analítica e duramente criticada por Austin.

Trata-se da filosofia analítica de Oxford fundada pela tradição das humanidades clássicas em que as línguas indo europeias, como o latim e o grego constituíam grande parte de suas discussões filosóficas. Ao contrário desses filósofos, Austin se detinha à linguagem ordinária desconstruindo tais visões filosóficas tradicionais e causando impacto também na área da Linguística, ao discutir os conceitos de performativo e constativo, fundindo os dois campos do conhecimento. Ao fazer isso, Austin elimina as fronteiras e tensões entre a filosofia e a linguística, já que não se trata de pensar a linguagem de forma “compartimentada, institucionalizada”, mas sim como performativa (OTTONI, 2002, p. 122).

A visão performativa da linguagem percorre toda esta pesquisa se expressando na postura política e teórica deste artigo, frente à noção de linguagem, de discurso e de identidades adotadas. Diante disso, a ruptura que Austin (1990) provoca na filosofia tradicional, permite a este artigo, ir além da postura moderna característica da Linguística estruturalista, discutindo a linguagem humana ordinária que não se distancia do sujeito, do seu corpo, fundindo corpo e linguagem, sujeito e

¹ Este artigo considera o termo “constativas” como equivalente às sentenças “declarativas” que, antigamente, na filosofia analítica, eram entendidas como “factual” e “verificável” (AUSTIN, 1990, p. 22).

objeto, em outras palavras, dando conta do que se **faz** ao dizer algo (AUSTIN, 1990, grifo nosso).

As problemáticas das identidades no mundo contemporâneo

Pensando as identidades e no contexto em que são entendidas neste artigo, alguns incômodos e incertezas serão foco de problematizações no que diz respeito aos deslocamentos característicos do sujeito da pós-modernidade (HALL, 2014), que modifica sua identidade a partir das relações com as novas estruturas da sociedade moderna. Segundo esse último autor, as identidades pós-modernas estão se deslocando a partir da globalização, isso implica que o indivíduo moderno não é mais unificado, justamente pelo deslocamento das estruturas e mudanças das sociedades modernas que desestabilizam o sujeito baseado no “eu” coerente e essencialmente uno ou “individualista”, como concebia o sujeito do Iluminismo (HALL, 2014).

Neste ponto, o papel da modernidade exerce influência no caráter ambivalente que o sujeito assume diante das incertezas que o mundo moderno o coloca, ao tentar diminuir tais hesitações por meio de sistemas especializados de conhecimentos que se valem de pessoas igualmente especializadas e autorizadas a estabelecer normas de “novas posições” e de “novas ordens sociais” (ROGRIGUES, 2006, p.116). Nesse sentido, os novos campos do saber sobre o corpo possibilitaram, a partir das sociedades industriais, como argumenta Foucault (2001), instaurar “aparelhos punitivos” que servem como “dispositivo de seleção entre os normais e os anormais” (FOCAULT, 2001, p. 150). Nesse contexto é que, por exemplo, em nome da medicina, se catalogam os loucos exercendo o poder sobre eles e sobre os demais corpos da sociedade que constituem efeito de domínio e de desejo, ou seja, “o poder penetrou o corpo” ao mesmo tempo em que esse corpo reivindica seu próprio poder.

Diante das discussões complexas colocadas aqui, alguns questionamentos se fazem necessários, a saber: como podemos pensar as identidades no contexto da pós-modernidade levando em conta as discontinuidades e as contingências desse “novo mundo” que não encontra mais explicações científicas suficientes para as dúvidas, as incertezas e inquietações que emergiram diante do capitalismo e das

novas formas de conhecimento da ciência? Como podemos buscar segurança diante dos riscos que a modernidade trouxe junto com as novas formas de conhecimento que, diferentes do mundo pré-moderno em que imperavam as razões da igreja- constituem uma nova ordem de “saber” e de “poder” que emergem na vida social? Longe de responder tais questionamentos, esta parte do artigo, propõe repensá-las a partir das identidades como performativas, no sentido proposto por Austin (1990) e pela sua Teoria dos Atos de Fala, já discutida anteriormente. Pensar a identidade dessa forma implica tomá-la em termos de “identificação” (HALL, 2014), pois para que a identidade exista, ela precisa ser relacionada com outras identidades. A identidade vista dessa forma, se constitui a partir daquilo que ela tem de diferente, ou seja, a partir daquilo que ela não é. Em outras palavras, a identidade como termo relacional nunca é dada como fixa, mas como contínua e construída diante das possibilidades de “identificação” que se dá na relação com o outro, por meio das práticas discursivas em que as identidades são negociadas a partir das nossas experiências.

O termo “identificação” significa algo em processo, em devir e não se trata, portanto, de garantir a coerência interna dos sujeitos como se esses tivessem um núcleo ou uma identidade concebida no “tudo- ou- nada”. Nesse último sentido, a identidade “[...] é garantida de antemão como algo pronto e acabado, podendo, portanto, ser tomada como questão pacífica” (RAJAGOPALAN, 2006, p. 65). Tal afirmação se baseia na perspectiva racional da tradição presente no pensamento cartesiano, em que se acreditava na existência de um sujeito autônomo e senhor de si mesmo. O “tudo-ou-nada” revela a imutabilidade presente no conceito de identidade cartesiano que se baseava na premissa de que “Uma vez identificado como isso ou aquilo, o objeto jamais pode se transformar em algo diferente, a não ser superficialmente ou no que tange à sua aparência” (RAJAGOPALAN, 2006, p. 65). Em outras palavras, um “homem heterossexual” jamais pode, por exemplo, assumir outra identidade que fuja dessa regra baseada em oposições binárias sobre o sexo. Trata-se de pensar em tal “aparência” das coisas como inalterável ou como essência, à medida que é dada e pré- existe ao sujeito social. Tal tese se baseia na ideia presente na modernidade, cujo pensamento influenciado por Descartes,

acredita no sujeito racional e adâmico, “ao redor do qual possa ser construído todo o aparato de um conhecimento seguro sobre o mundo” (*Ibidem*).

A segurança presente nas ideias da tese acima advém principalmente do desejo ligado a nossa necessidade em desvelar as incertezas em torno da nossa identidade, ou seja, em compreender o que nos mantém vivos, questionando a definição de “homem”, entre outras dúvidas e incertezas que revelam o desejo de encontrar explicações que possam, por exemplo, “driblar a morte”. Dessa forma, as explicações sobre as identidades se baseavam nas ideias de entes singulares e imutáveis que, segundo as afirmações de Rajagopalan (2006), vivem sua

própria identidade, derradeira e inegociável. Qualquer desvio dessa norma, qualquer ente que fuja dessa regra- como um lobisomem ou vampiro- será imediatamente taxado de uma aberração da natureza, criatura teratológica. Da mesma forma que ninguém pode ser meio João e meio José, também não pode haver uma criatura meio homem e meio chimpanzé, ou uma criatura humana que possa ter nascido de ancestrais não inteiramente humanos (RAJAGOPALAN, 2006, p. 66).

Nessa perspectiva, a excessiva afeição pela essência revela o apego àquilo que pode ser definido em termos ontológicos, ou seja, como forma abstrata presente no mundo das ideias, como algo genérico que possa ser descrito, portanto, em seus aspectos essenciais e não contingenciais, já que as ideias ou as razões da mente, nessa perspectiva, estão livres das incertezas e dúvidas que escapam à racionalidade da mente a respeito, por exemplo, do que possa ser definido como “homem” ou “mulher”.

O pensamento moderno que afligia a metanarrativa² dessa época elimina as possibilidades de ser para deter-se à lógica do “ser pensante” supostamente íntegro a partir de uma identidade “já garantida de antemão”. Ao contrário desse pensamento, a pós-modernidade se caracteriza pelas formas não- essencialistas de pensar não apenas as identidades, mas também o sujeito e a própria linguagem como fenômenos marcados pela história e pelas contingências e não pela essência,

² Trata-se de um termo utilizado para se referir às teorias que têm como base para suas formulações, a ideia de “evolução”, como o darwinismo, ou seja, diz respeito à suposta crença de que “o tempo linear seria a linha mestra na qual os acontecimentos se acomodariam sequencialmente, de tal modo que os eventos anteriores pudessem ser considerados como possíveis causas aos que os sucederam e os sucedem” (RAJAGOPALAN, 2006, p. 71). Em outras palavras, tal conceito faz parte de nossos impulsos teorizantes que tentam superar teorias passadas.

como se a linguagem fosse algo “pronto e acabado (como queriam os teóricos do estruturalismo)” (RAJAGOPALAN, 2006, p. 67).

Apesar das críticas apresentadas a respeito do essencialismo, é relevante destacar a força de tal ideia que ainda ronda o nosso imaginário formado por crenças como a do “evolucionismo” que acredita que o homem foi criado em toda a sua perfeição, por um “Deus Todo Poderoso”, de modo pronto e acabado. Tal crença, segundo Rajagopalan (2006), serviu, desde o início, para consolar as mentes que, apesar da morte, as identidades permaneceriam duradouras. Nesse sentido, o conceito de essencialismo é entendido como estratégico, porque diz respeito aos nossos impulsos teorizantes fruto do possível desejo e necessidade de buscar explicações para tudo o que nos rodeia.

A identidade entendida nos termos acima, ou seja, como desejo ou como diz Butler (2003), como “torna-se”, não se confunde com a igualdade, pois é pensada na diferença, já que é no/com o outro que nos identificamos, por meio da língua que também é constituída na atividade mesma da relação com o outro (BAUMAN, 2004). Cabe ressaltar que as identidades pensadas nesses termos são constituídas por marcas de diferenças características do mundo em que vivemos, pois

As sociedades da modernidade tardia são caracterizadas pela ‘diferença’; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeito’- isto é, identidades- para os indivíduos (HALL, 2014, p. 16).

A identificação se dá na produção da visibilidade do outro, a partir da diferença e, nesses termos podemos falar em “política de identidade” (MUNIZ, 2010) que nasce de gestos estratégicos que possuem caráter intervencionista, ou seja, fazem parte do desejo de auto-identificação. A auto-identificação ocorre, por exemplo, nas estratégias de luta presentes nos movimentos sociais, como no movimento negro, que reafirma suas identidades no modo como se vestem, comem, cantam, dançam entre outras formas de agir culturalmente e politicamente (MUNIZ, 2010).

Não podemos nos esquecer que as estratégias de auto- identificação são possíveis por meio da linguagem e do processo de nomeação das pessoas que são classificadas ou se classificam como “‘negro’, ‘mulato’, ‘negrinho’”, entre tantos

outros nomes (MUNIZ, 2010). Tais nomes não servem apenas para “amenizar ou acentuar estigmas historicamente construídos, mas, antes de tudo, trata-se de estratégias políticas mobilizadas para atingir determinados fins” (*Ibidem*, p.120). Nomear, nesse último sentido, invoca a necessidade política que temos em explicar o mundo nomeando as pessoas e as coisas que vivem nele; a questão central é que, no ato de nomear “está pressuposta a noção de classificação que é tão cara ao pensamento eurocêntrico ocidental” (*Ibidem*, p. 104). Nesse sentido, a linguagem assume duplo sentido, ou seja, “ao mesmo tempo em que confere, que possibilita uma existência também a ameaça” (*Ibidem*) e daí, também seu caráter performativo, pois as identidades são o efeito desses atos de fala que nomeiam as pessoas instituindo regras discursivas que possibilitam sua existência no mundo.

A performatividade conectada às identidades sociais de gênero

No contexto das teóricas feministas da década de 80, tanto o gênero quanto o sexo eram vistos como categorias opostas. De modo geral, essas teóricas compreendiam o sexo como algo que existia a priori e, portanto, como elemento que garantia o gênero da pessoa (“homem” ou “mulher”) a partir de sua característica essencial, natural ou biológica. De modo diferente, no contexto contemporâneo, de teóricas feministas como Butler (1997, 2003), tal oposição entre os termos não existe mais. Para justificar essa última afirmação, a autora diz que “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (*Ibidem*, p. 25).

Butler (2003) autora inspirada na psicanálise e em autores como Foucault, Derrida, Austin, argumenta sobre as questões de gênero, alertando para a sua construção histórica e cultural, recusando o essencialismo das identidades, mais detidamente, da identidade feminina. Nesse sentido, para a autora

[...] o recurso a uma feminidade original ou genuína é um ideal nostálgico e provinciano que rejeita a demanda contemporânea de formular uma abordagem do gênero como uma construção cultural complexa (BUTLER, 2003, p. 65).

Tal trecho assinala a recusa às essencialidades das identidades, sejam elas de gênero ou outras, como as identidades de raça, pois, como já foi dito, a constituição dos sujeitos se dá no e pelo discurso e, portanto, ser “homem”, “mulher”, “macho”, “fêmea”, “negro” ou “branco”, não é algo substantivo, pelo contrário, é algo normativo, cultural, social e, sobretudo, performativo, como aponta Butler (2003). Além disso, as identidades expressam o desejo em “tornar-se” algo, o que implica, por conseguinte, uma construção social reiterada performativamente pelos discursos presentes nas práticas sociais, sobretudo, pelos discursos de poder.

A perturbadora afirmação de Butler (2003), ao problematizar a ideia da feminista Simone de Beauvoir, de que nós não nascemos mulher, mas sim nos tornamos mulher, corrobora o argumento acima, isto é, não há nada que garanta a suposta afirmação de que existe um “ser” ou uma “substância” que torna toda “mulher” uma fêmea ou todo “homem” um macho, por exemplo. A identidade, nesse sentido, é performativamente constituída, uma vez que não existe um fazedor pré-existente e determinado ao discurso.

Nesse sentido, o gênero não é uma substância, “mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (*Ibidem*, p.29). A identidade é efeito de um “agir reiterado”; o gênero é **um efeito** (grifo da autora) dessa ação repetida no tempo, produzindo a “aparência de algo que esteve ali o tempo todo” (BUTLER, *apud* SALIH, 2013, p. 94). Nas palavras da autora,

[...] gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (BUTLER, 2003, p.59).

Nesse sentido, a identidade de gênero, assim como qualquer outra identidade social (jovem, adulto, idoso, homossexual, heterossexual, branco, negro e etc) demonstra ser performativa, no sentido de que é sempre um fazer que não pré-existe à ação da linguagem. É nesse sentido, que se estabelece a conexão entre as identidades e a linguagem ambas como performativas, porque a complexidade da visão performativa da linguagem está na ideia discutida na sessão anterior, a respeito do que garante que um ato de fala seja caracterizado como feliz.

Retomando o que foi dito, Austin (1990) chama a atenção para os atos de fala que requerem circunstâncias determinadas para que tais atos não sejam “malogrados”. Dessa forma, para que um ato do tipo “Aposto...etc” seja feliz, ou seja, se realize, ele precisa ser dito na situação adequada, por uma pessoa particular e que tenha a intenção ou pensamentos e sentimentos que correspondam a tal proferimento performativo (AUSTIN, 1990, p. 31). Diante disso, é perceptível que a linguagem está, na visão performativa da linguagem, atrelada ao sujeito que fala e que produz determinado ato, o qual opera determinadas forças históricas que são acionadas na ação do ato, isto é, no momento em que fazemos algo com as palavras e não apenas as pronunciamos.

A questão central presente na ideia de que fazemos coisas com a linguagem, “*to do things with words*”, está na execução do ato de fala que exige o corpo (PINTO, 2007), ou seja, para que uma ameaça possa ser operada pelo ato performativo, ela precisa não só da linguagem, mas também do corpo, isto é, do sujeito que executa tal enunciado. Aqui, podemos falar de uma relação estreita entre a linguagem performativa e o sujeito que também é performativo ao ser significado pela linguagem que opera forças históricas e convencionais que definem o sujeito tornando a sua existência possível no mundo (*Ibidem*, p. 11).

Pinto (2007) promove uma instigante discussão em um de seus trabalhos, sobre os sentidos disseminados pela palavra “corpo”, explorando o pensamento de Butler e de Austin. A autora provoca os/as leitores/as, com os seguintes questionamentos: “o que é o masculino/ o que é o feminino?”. Pinto (2007) prossegue seu raciocínio argumentando que nas relações discursivas de trocas cotidianas emergem expressões convencionalmente chamadas de “representações de gênero” (PINTO, 2007), surgindo enunciados do tipo: “Fale como homem, rapaz!” ou, “Comporte-se como uma menina!”. Tais enunciados remetem às representações sociais do feminino e do masculino que nada tem a ver com a anatomia dos sexos, pelo contrário, “a anatomia é mais um argumento naturalizante do que um fundamento das assim chamadas divisões sexuais de trabalho” (*Ibidem*, p. 3). Em seguida, a autora diz que a anatomia é organizada em torno de “atos de fala” e que, por isso, “gênero é uma estilização do corpo” (*Ibidem*, 2007, p.3) ou, como afirma

Butler (2003), o gênero demonstra ser performativo à medida que é efeito de estilizações e significados culturais associados aos nomes “mulher” ou “homem”.

Para corroborar o argumento acima, as autoras (HALL, K; LIVIA, A, 2010) ressaltam a ideia performativa presente nas elocuições citadas por Pinto (2007), dizendo que se trata de prescrições direcionadas a um “gênero apropriado em cada ato culturalmente percebido” que uma “menina” ou um “menino” realiza, “desde a maneira como penteia seu cabelo até a maneira como caminha, fala ou sorri” (HALL, Kira; LIVIA, Anna, 2010, p. 122). Desses comportamentos culturais, podemos compreender o termo “estilização” como reiteração do gênero que se dá no momento em que ao ser reiterado ou “repetido” no tempo, pela linguagem, convencionada práticas e “comportamento sociais” advindos das “normas sociais rígidas” presentes na sociedade.

Trata-se ainda, de entender pronunciamentos como “é uma menina!” a partir da “força de citação” de tais atos performativos que invocam ou agem tornando alguém “uma menina” e, nesse sentido, portanto, “é o discurso que produz falantes, e não o contrário”, porque o performativo só emerge a partir das “normas vinculadas ao gênero” (HALL; LIVIA, 2010, p. 122). Embora haja tal “repetição” e marcação do gênero de acordo com tais normas presentes nas sociedades, é importante focar a possibilidade de movimento e mudança de tal situação, uma vez que compreender as identidades como performativas, implica compreender também que os sujeitos podem agir e deslocar suas identidades ocupando outras posições sociais que não são, necessariamente, àquelas impostas pelas estruturas de poder.

Considerações finais

Retomando o principal objetivo deste artigo, a saber, como a visão performativa da linguagem pode ser entendida para compreendermos as conexões que se estabelecem entre linguagem e identidades performativas, algumas considerações se fazem necessárias.

Longe de apresentar respostas definitivas a respeito do que foi proposto com este trabalho, ressalto que na vida real, a linguagem nem sempre pode ser compreendida em termos de verdade ou de falsidade das coisas, porque, ao nos apoiarmos nas ideias defendidas por Austin, entram em jogo outras questões

complexas que vão além do simples pronunciamento das palavras. Trata-se de levar em consideração a complexidade que caracteriza o ato de fala, ou seja, devemos considerar “os fins e propósitos do proferimento, assim como o seu contexto” (AUSTIN, 1990, p. 118) que são importantes e não totalmente delimitáveis. Nessa perspectiva, o significado não está unicamente nas palavras, mas no tipo de ato que está sendo proferido e nas circunstâncias em que o realizamos (*Ibidem*, p. 119). Isso implica pensar no ato de fala que se manifesta num corpo performativizado e regulado por novas convenções sociais e linguísticas que o significam previamente (PINTO, 2007). Assim, para que o sujeito exista, precisa repetir sua identidade no tempo por meio da linguagem, sendo a linguagem parte integrante desse sujeito e não meramente um reflexo dele. A performatividade, nesse sentido, obriga o sujeito a se constituir enquanto tal à medida que marca previamente sua identidade na prática e na história (PINTO, 2007), repetindo um conjunto de marcações que recaem sobre determinado corpo.

As discussões propostas neste trabalho permitiram repensar as identidades deslocando seu sentido de “idêntico” ou uno, para pensar tal termo como performativo. Essa empreitada permite ir além de visões que buscam em perspectivas binárias encontrar e explicar os significados da linguagem e das identidades como se fossem conceitos separados e distantes. Ao contrário dessa visão, as discussões teóricas trazidas neste artigo, nos permitiram enxergar que as identidades são efeitos dos atos de fala, sendo que o sujeito está implicado por esses atos que possibilitam a sua existência operando relações de poder que vão além do dizer.

Referências

AUSTIN, J. L. **Quando o dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução por Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAUMAN, Z. **Modernidad Líquida**. Traducción de Mirta Rosenberg. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica de Argentina, S.A., 2004.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Tradução por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Excitable Speech. A Politics of the Performative**. New York: Routledge New York & London, 1997.

FAIRCLOUGH, N; CHOULIARAKI, L. Discourse in **Late Modernity**: rethinking Critical Discourse. Edinburgh: Analysis Edinburgh University Press, 1999.

FOCAULT, M. IX Poder- Corpo in **Microfísica do Poder**. Traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

HALL, K; LIMA, A. Cap. 7 “É uma menina!”: a volta da performatividade à linguística. In: FONTANA, B; OSTERMANN, A. C (orgs). **Linguagem, Gênero, Sexualidade**: clássicos traduzidos. Tradução por OSTERMANN, A.C; FONTANA, B. *et al.* São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guaracira Lopes. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HANKS, W. F. **Língua como prática social**: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2008

MARCUSCHI, L. A. Breve Excurso sobre a Linguística no Século XX. In: **Produção Textual, Análise de Gênero e Compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MUNIZ, K. Sobre política linguística ou política na Linguística: identificação estratégica e negritude. In: **Linguagem e Exclusão**. Linguística in focus; v. 7. Uberlândia: EDUFU, 2010.

OTTONI, P. **John Langshaw Austin e a Visão Performativa da Linguagem**. (John Langshaw Austin and the Performative View of Language). In: **Geofilosofia** do Século XX, 18:1, 2002 (117- 143). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v18n1/a05v18n1.pdf>> Acesso em: 04, dez, 2014.

PINTO, P, J. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. In **D.E.L.T.A**, 2007. p. 1-26. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v23n1/a01v23n1.pdf>> Acesso em: 02, dez, 2014.

RAJAGOPALAN, KI. **Nova Pragmática**: fases e feições de um fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. Pós- Modernidade e a Política de Identidade. In: **Políticas em linguagem**: perspectivas identitárias. RAJAGOPALAN, K; FERREIRA, D.M. (orgs). São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

RODRIGUES, G. E. Repensando a Consciência (e) (a) Crítica: por uma redefinição da noção de fortalecimento das identidades sociais. In: **Políticas em linguagem**: perspectivas identitárias. RAJAGOPALAN, K; FERREIRA, D.M. (orgs). São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

SALIH, S. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução por Guaracira Lopes. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SANTOS, B; MENESES, M.P (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

Recebido em 29 de fevereiro de 2016

Aceito em 14 de maio de 2016